

CAPÍTULO 11

Dinâmicas Atuais na Busca de Sexo Entre Homens: o Uso do Grindr como Ferramenta de Gestão de Práticas Sexuais

Adolfo Pizzinato

Cristiano Hamann

João Gabriel Maracci-Cardoso

O presente trabalho parte das pesquisas desenvolvidas pelo grupo Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que procura desenvolver compreensões a respeito do exercício livre da sexualidade, principalmente em articulação com as atuais estratégias de prevenção à infecção do vírus HIV promovidas no Sistema Único de Saúde. Esta reflexão, em específico, se situa no contexto epidemiológico do Estado do Rio Grande do Sul e sua capital, a cidade de Porto Alegre, que apresenta índices significativos de contágio por HIV/AIDS, em relação às taxas do resto do país. Considerando este panorama, este texto se propõe a debater alguns aspectos relativos à estratégia de ampliação das políticas de saúde – baseadas no uso do termo HSH⁶¹ – bem como os limites de abrangência deste tipo de nomenclatura frente às inúmeras possibilidades de autonarratividade e exercício da sexualidade nas novas plataformas virtuais. Acredita-se que estas novas plataformas, em especial as geolocalizadas, demandam complexificar as discussões sobre as noções de território e ocupação do espaço para as ditas minorias sexuais. Para tanto, serão apresentadas entrevistas realizadas pelo grupo com pessoas que, no uso do aplicativo *Grindr* de busca por parceiros, descreviam-se a partir da procura por sexo consentidamente realizado sem o uso de preservativos.

Contexto epidemiológico e o uso do termo HSH

No Brasil, a taxa de prevalência do HIV na população geral mantém-se estável em 0,6% desde 2004, sendo 0,4% entre as mulheres e 0,8% entre os homens. A epidemia está concentrada nos grandes centros urbanos, onde também estão as maiores proporções de casos de AIDS nas

⁶¹ Homens que fazem sexo com homens.

populações em situação de maior vulnerabilidade. O Estado do Rio Grande do Sul (RS) e a cidade de Porto Alegre continuam notificando um número elevado de casos de AIDS no cenário da epidemia brasileira. No levantamento da Secretaria de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2013) para o ano de 2012, a taxa de detecção no estado foi de 41,4 casos para 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional, que era de 20,2. Porto Alegre apresenta taxas mais alarmantes, uma vez que notificou 93,7 casos para cada 100 mil habitantes e com uma crescente notificação de novos casos entre HSH, especialmente entre os mais jovens.

Acerca deste contexto epidemiológico, surgem discussões sobre os alcances e limitações das políticas públicas em relação à infecção pelo HIV. Principalmente quando relacionados a grupos que, historicamente, sofreram processos de estigmatização dentro do discurso biomédico, questionam-se critérios e lógicas epidemiológicas, como o virtualmente extinto termo “grupo de risco”, associado ainda principalmente a “homossexuais” (categorização que agrupava, sob uma perspectiva higienista e estigmatizante, uma série de práticas e identificações - tradicionalmente o termo também era associado a hemofílicos, heroinômanos e haitianos, formando o coletivo 4H). Considerando particularmente a politização do discurso sanitário em relação aos homossexuais, emergem estratégias de ampliação do alcance das políticas, bem como de afastamento das perspectivas preconceituosas às quais já foram relacionadas – uma delas é o termo HSH, que consiste numa mudança de direção da discussão (de identidades para a prática sexual). Assim, não importa se o sujeito se considera, por exemplo, homossexual, bissexual, heterossexual, mas sim o fato de praticar ou já ter praticado formas de sexo com outros homens.

Boellstorff (2011) apresenta breve histórico sobre o termo HSH, indicando sua formulação nos Estados Unidos em meados dos anos 1980 e partilhado desde o início com os países de língua inglesa (Reino Unido, Austrália, entre outros). A Organização das Nações Unidas, na tentativa de encontrar um termo epidemiologicamente e politicamente adequado, passou a utilizar HSH como categoria abrangente na UNAIDS por volta de 1989. Sua apropriação como categoria internacional coincidiu com a ascensão da internet e acesso a sites e documentos em PDF de circulação global. Somente a partir do ano 2000 foi amplamente utilizado por profissionais da saúde pública e outros profissionais que viam o vírus HIV / AIDS se espalhar de forma significativa através do sexo entre homens. Neste contexto, a categoria HSH se constitui como um marco, ainda que controverso, nos estudos de homens no campo da saúde. Essa terminologia é alvo de críticas, especialmente dos que compreendem que a denominação potencialize uma visão restrita do sujeito – ao ser genericado pela forma que expressa sua sexualidade, sem a inclusão de aspectos sociais, afetivos e vinculares, não contemplando seus modos de vida e as suas possibilidades de identificação. Neste sentido, a categoria poderia comprometer a compreensão das dimensões socioculturais que compõe aspectos de vulnerabilidade para a saúde das populações, ainda que funcione para a discussão sanitária em contextos onde a discussão identitária poderia dificultar as ações de saúde (MONTEIRO et al., 2014).

Para Young e Meyer (2005) o uso do termo HSH parece ter sido impulsionado pela convergência de duas perspectivas: a de epidemiologistas que buscavam evitar conotações sociais e

culturais complexas para investigação das doenças e a perspectiva do Construcionismo Social, que tem por princípio que as práticas sexuais particulares não carregam significados fixos. Os autores apontam que a introdução do termo HSH teve sucesso ao desestigmatizar a AIDS como *doença gay*, à medida que orienta a prevenção para comportamentos de risco e não para identidades de risco. Provoca com isso uma mudança conceitual na saúde pública dirigida às noções de base comportamental da sexualidade, mas, ao mesmo tempo, não gera abordagens mais complexas da sexualidade. (YOUNG; MEYER, 2005) Ainda que o termo HSH não dê conta de identificar as práticas homossexuais específicas e que não são uniformemente distribuídas em todas as populações de homens que fazem sexo com homens. Assim qualquer atividade erótica entre pessoas do mesmo sexo, em qualquer momento da vida, estaria incluída nesta categoria, o que poderia dar uma noção distorcida de comportamento comum (KHAN et al., 2004).

As argumentações a favor do uso do termo HSH como uma estratégia dentro do contexto da saúde indicam que a utilização da nomenclatura simplifica significações, visando facilitar a aproximação e a atenção não preconceituosa a grupos e indivíduos. Além disso, indica-se que pode representar um recurso para aumentar a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento, sendo um termo acessível aos profissionais de forma global, simplificando e apresentando maior compreensão para a articulação de políticas que possam viabilizar a organização de tecnologias e dispositivos de atenção e melhoria da saúde da população.

Estas preocupações com as discrepâncias entre a utilização de uma categoria e a diversidade de itinerários sexuais ficam bastante evidentes se consideramos os processos subjetivos envolvidos. Antunes e Paiva (2013), por exemplo, argumentam sob a importância de se pensar os territórios de sociabilidade homoerótica como culturalmente, politicamente e socialmente relevantes neste contexto. Esta análise corrobora outras pesquisas que compreendem o espaço da sexualidade como dinâmico e mutável. (LOURO, 2001) Estes estudos dão ensejo para se pensar que não se fala em uma única homossexualidade, mas sim de diversas culturas, modo de ser que são transformados constantemente pelo campo social.

Autonarratividade e produção de si

A denominação HSH, deste modo, desloca a associação comumente realizada entre determinadas práticas sexuais e identificações previamente estabelecidas. Assim, possibilita uma maior abrangência de sujeitos por ela correspondidos, permitindo certa maleabilidade na inserção de políticas públicas em contextos distintos. Esta estratégia, no entanto, tira de cena os diversos encadeamentos possíveis da sexualidade, que se interseccionam a inúmeros discursos e possibilitam re-organizações singulares. Estas, evidentemente, não podem ser abarcadas no discurso de uma política que se caracteriza justamente pela intenção de não corresponder aos modelos identitários que compõem entendimentos comuns sobre a sexualidade, como as categorias de “hétero”, “homo”, ou “bi”, que tampouco são eficazes para uma compreensão abrangente deste contexto. Desta forma, surge-nos como questionamento: como e por que falar sobre “homens que fazem sexo com homens” de modo não universalizante, realizando associações entre estas práticas e os lugares que elas podem ocupar no tecido social, porém sem a

utilização de premissas monolíticas referentes a uma identidade sexual?

Para tanto, retomamos a concepção performativa com a qual Butler (1990) entende a noção de sujeito e as narrativas por ele construídas. Esta proposição consiste na ideia de um sujeito mediado por práticas de si. Opondo-se a dualismos presentes em concepções clássicas de sujeito (privilegiando a sociedade em detrimento do indivíduo ou vice e versa), a autora propõe uma noção de sujeito baseada no próprio fazer. Sujeitos constroem-se através de suas práticas, sempre circunscritas em uma discursividade vigente, ou seja, a partir de ações performativas baseadas em códigos disponíveis na cultura, reorganizados nas manifestações de si e produzindo narrativas incompletas (BUTLER, 2015).

Neste sentido, a concepção da performatividade pressupõe a ausência de um “eu” anterior à ação; pelo contrário, é a própria ação que constitui a existência do “eu”. Deste modo, entende-se a ideia de sujeito como práticas de si relativas a um regime discursivo, relacionando-se a este por meio de reiterações, tensionamentos ou subversões, mas sempre interiores ao mesmo. (BUTLER, 1990) O sujeito funda-se, assim, na resposta que dá aos discursos que o interpelam, reorganizando-os através de sua ação performativa. O “eu”, para Butler, excede a narração do próprio sujeito, posto que sua origem jamais será plenamente explicada; o “eu” não se origina em um indivíduo por si, mas sim nas relações de interpelação e resposta que este estabelece com o outro (BUTLER, 2015).

Dentro da perspectiva de performatividade e narratividade, chamou-nos atenção uma temática já discutida em outras pesquisas realizadas pelo grupo Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática: a negociação do não uso consensuado de preservativos em relações sexuais entre homens. Como se constrói a noção de obrigatoriedade do uso de preservativo para a realização de um sexo “seguro” e as possíveis resistências a esta interpelação nas relações sexuais entre homens foram elementos que perpassaram nossa discussão. Esta reflexão gerou uma pesquisa que dirigiu entrevistas com usuários do aplicativo *Grindr*, que, na descrição de seu perfil, mencionavam o interesse por sexo sem preservativo a partir de termos específicos, como *bareback*. Alguns elementos desta pesquisa serão expostos no presente trabalho, a fim de estabelecer relações possíveis entre a importante questão epidemiológica apresentada, os discursos que dela emergem e as maneiras as quais estes sujeitos narram a si mesmos.

O *Grindr*: narrativas e geolocalização

As relações de sexo entre homens no cenário do país e nas dinâmicas cotidianas foi amplamente modificada a partir da inserção de tecnologias virtuais voltadas a esta prática. São muitos os aplicativos que apresentam como proposta a possibilidade de geolocalização e o *Grindr* foi o primeiro a conjugar a procura por parceiros entre homens ao mecanismo de geolocalização por satélite – promovendo uma ferramenta de busca cujo critério nodal é a proximidade entre os usuários. O usuário do *Grinder* pode visualizar as 100 pessoas que estão mais próximas de si e trocar com elas mensagens privadas, fotos e mapas com a localização de cada um.

Anteriormente à invenção dessa classe aplicativos para telefones móveis, a mediação virtual do sexo entre homens estava associada a salas de bate-papo e comunidades on-line em

páginas *web* específicas, mas estas não utilizavam o mecanismo de localização por satélite, permitindo que as salas pudessem ser acessadas a partir de qualquer lugar. Assim, uma sala destinada à busca por encontros em Belo Horizonte, por exemplo, poderia ter a participação de alguém localizado em Porto Alegre ou qualquer outro local com acesso à internet. O *Grindr* e os sucessores aplicativos com tal finalidade alteraram a lógica da busca por parceiros, sobrepondo as realidades *on-line* e *off-line* e intensificando a discussão sobre visões radicalmente dissociativas entre “mundo virtual” e “mundo real”. Estas diferenças operadas nestas tecnologias do “virtual” indicam que as dinâmicas do sexo entre homens – e a relação estabelecida entre este campo das sexualidades e o espaço público – sofreu alterações (MISKOLCI, 2014) e precisa ser repensada.

Os *smartphones* e seus dispositivos móveis permitem uma conexão contínua com a internet, de modo a tornar um acesso à rede transversal à vivência do espaço público. Esta conjugação permite uma nova experiência de cidade, que passa a ser vivida conjuntamente à realidade *on-line*. Referindo-se ao *Grindr*, esta dinâmica apresenta alterações significativas nos sentidos estabelecidos acerca do sexo entre homens e, por conseguinte, da vivência da homossexualidade. É possível, por exemplo, em grandes cidades, associar a experiência urbana à busca por sexo entre homens sem que essa prática perpassasse locais reconhecidos pela socialização homossexual, devido à “discrição” que o uso do aplicativo permite. Apesar do alargamento destas possibilidades de comunicação, esta facilidade pode dar ensejo a formas de discriminação do sexo entre homens em função do possível distanciamento das práticas sexuais dos espaços públicos, a partir da formação de outras relações de sigilo e discrição (MISKOLCI, 2014).

Essa relação com o sigilo que, ainda em função da demanda opressiva de invisibilidade nos espaços públicos, pode se articular pela possibilidade de formas de gestão dos segredos acerca da sexualidade – como na metáfora do armário discutida por Eve K. Sedgwick (1990) –, demanda pensar a segregação para além de leituras clássicas de guetificação geográfica. Na necessidade de deslocar a prescrição individualista sobre o “assumir-se” gay – questão que, ainda que sujeita a outras possibilidades, como HSH, é atualizada constantemente – assim como contemplar esse novo circuito espacial/virtual no qual determinados sujeitos estão situados, mostra-se potente retomar as noções de gueto e território.

Discutindo o que considera ser a “opacidade” atual do conceito de gueto Loïc Wacquant (2004) atenta para mudanças nas formas de operar com a noção, em especial no cuidado de ultrapassar o senso comum envolvido na utilização desse operador. O autor chama a atenção para o entendimento de demandas que ultrapassam a distribuição geográfica e passam a marcar o caráter complexo do cerceamento e do controle, assim como convida a pensar a produção de identidades e formas de integração internas para além do processo de supressão. Partindo de uma crítica a noção de gueto como era tomada pela Escola de Chicago (enquanto forma naturalizada de separação no processo migratório), Wacquant toma a constituição dos guetos como “produto de uma dialética móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna que se expressa como uma ambivalência” (WACQUANT, 2004, p. 156).

Essa perspectiva de gueto faz atentar para compreensões não unilaterais desse fenômeno social, de modo que diversos tensionamentos operam para além da coerção. Na

atualidade, por exemplo, valeria pensar esse fenômeno de forma articulada às dinâmicas do capitalismo. Trata-se, portanto, não somente de orientação sexual, mas também de aspectos como as possibilidades de consumo e de se fazer consumível, das formas de comunicação que podem figurar em certos circuitos urbanos (MAGNANI, 2002). Para Perlongher (2008), por exemplo, a vinculação com o território também potencializa subverter análises essencialistas sobre a cidade, visto que esta deixa de ser considerada apenas como um construto geograficamente fechado e passa a ser discutida como um campo relacional. Tecer compreensões sobre essa dimensão de território é um processo pensado pelo autor a partir dos deslocamentos dos sujeitos e pelas atividades que engendram nessa processualidade. Trata-se, sob este ponto de vista, de compreender a cidade como campo de ação, no qual as vivências das pessoas envolvidas contrariam concepções estáticas de identidade e de territorialidade. Identidades fragmentadas, abertas a experiências cotidianas, diversas e complexas se circunscrevem em territórios, não se restringindo a um espaço físico concreto, mas sim a certos códigos territoriais que se inscrevem nas relações e nos corpos.

No texto “*Em defesa do Gueto*”, de Edward MacRae (1983), também figura a discussão sobre os locais de troca homoerótica que, no caso brasileiro, começam a ter maior visibilidade em São Paulo, processo que não se dá desvinculado da emergência de um mercado que se delinea para estes consumidores, assim como a demandas políticas que se aproximam de discussões plurais, como as partidárias e feministas. Para MacRae (1983), esses locais mostram-se estrategicamente importantes, pois possibilitam uma maior fortificação de possibilidades identificatórias e uma expansão de formas não hegemônicas de sociabilidade para além destes mesmos territórios. Mesmo assim, atravessamentos econômicos não deixam de operar nos processos de socialização e criação de “novos padrões de atitudes” (MACRAE, 1983, p. 59), o que leva diversos autores e autoras a discutir essa dinâmica de poder de consumo e das configurações de gueto e mercado (SIMÕES et al., 2005; FRANÇA, 2007).

Em Perlongher (2008) e MacRae (1983), vemos a influência dos trabalhos de Peter Fry para a compreensão da sociabilidade homossexual e de sua relação com discussões sobre territorialidades. Essas discussões enfatizam a potência de perspectivas microsociológicas e colocam em evidência discussões sobre as formas contemporâneas de guetificação. Entretanto, a modificação operada em relação às tecnologias de informação, com o desenvolvimento da chamada “*Web 3.0*” – geolocalizada e acessível em aparelhos portáteis – e de novas plataformas de comunicação, põe em questão quais atualizações são engendradas quando pensamos nessa articulação entre guetificação, território e tecnologia.

O incremento das possibilidades tecnológicas de comunicação também modifica as demandas de relação no campo das sexualidades. As buscas dos usuários, sua procura ou não por discrição e sigilo e a maneira como se definem são extremamente heterogêneas, de modo que aparentemente não haja padrões classificáveis de uso para o *Grindr*. O perfil, dessa forma, é a maneira posta pelo aplicativo para enunciar tais requisitos e identificações, com campos disponíveis para preenchimento voluntário. Pode se escolher uma foto, um nome, uma *headline* e um *about me* (usando caracteres e *emojis*); a idade, altura, peso, raça/etnicidade, tipo de corpo, o

que se procura, status de relação (esses com opções disponíveis de preenchimento); tribos (na versão gratuita, só se pode escolher duas tribos); e associar no perfil um link para *instagram*, *facebook* ou *twitter*. Todas essas opções têm preenchimento voluntário.

Como dito anteriormente, o *Grindr* difere-se das salas de bate-papo pelo critério exclusivo de proximidade. Se, neste outro momento da "socialização gay tecnológica", podia-se escolher uma sala através de uma temática comum (fetiches específicos, idades, cidades etc.), o *Grindr* permite deparar-se com o perfil daquelas pessoas que estão próximas ao usuário. Há um mecanismo de seleção, que permite a visualização de apenas as pessoas que correspondem com as "tribos" escolhidas pelo sujeito; no entanto, como esta opção é dificultada para os não pagantes do serviço, não é um dispositivo usado corriqueiramente. Desta forma, as informações expostas no perfil configuram-se pela função de expor ou não a maneira como o usuário se relaciona com o aplicativo, indicada a partir de códigos textuais e imagéticos em uma rede semântica compartilhada em maior ou menor nível pelos usuários. Esta rede envolve *emojis*, estilos de fotos, números, palavras e frases que se articulam em sentidos específicos usados para dizer quem se é e o que se deseja através do aplicativo.

É nesta escolha performativa de códigos disponíveis que os usuários do *Grindr* narram "quem são" e o que procuram no aplicativo através de seu perfil. A escolha, desta forma, é aqui entendida como uma produção de si, que se configura na reorganização daqueles atributos disponíveis para a manifestação de um "eu" no aplicativo. Este "eu", no entanto, não pode ser entendido como restrito ao uso do *Grindr*, posto que este, geolocalizado, se estende à vida cotidiana nos meandros territoriais, privados ou públicos. Considerando esse tipo de plataforma virtual, é possível indagar-se sobre possíveis alterações nos sentidos assumidos pelas relações sexuais entre homens, já que essa ferramenta dá ensejo a novas configurações de procura por parceiros nos territórios. Estas questões suscitam pensar não só as práticas sexuais que contemporaneamente se circunscrevem sob outras nuances espaciais, mas também de possíveis estratégias de reflexão que nos permitam constituir perguntas apropriadas a este fenômeno social.

O campo de pesquisa e seus caminhos metodológicos

A pesquisa que fomentou esse relato buscava analisar as dinâmicas contemporâneas do sexo entre homens na cidade de Porto Alegre, visibilizadas pelo uso de tecnologias disponíveis para a busca de parceiros, e, através delas, compreender as relações que os usuários estabelecem com práticas consideradas pelo sistema de saúde como de risco e estratégias psicossociais de proteção.

A pesquisa dividiu-se em dois momentos. Primeiramente, o foco da investigação foi a familiarização com o aplicativo e os códigos e símbolos compartilhados no mesmo. No segundo momento, que melhor exploraremos aqui, deram-se as interações e entrevistas com determinados sujeitos que, no mapeamento realizado previamente, demonstraram interesse ou disposição à realização de sexo sem preservativo na constituição de seu perfil, mapeada principalmente pela utilização do termo "*bareback*". Estas entrevistas foram realizadas no

próprio aplicativo, através de sua ferramenta de *chat*. Foram feitas perguntas referentes aos seus entendimentos sobre riscos e prevenções de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, além de questionamentos sobre as relações de mediação e acordos estabelecidos no sexo com pessoas que não buscam esta prática de antemão.

Para tanto, propôs-se uma entrevista aberta, uma conversa pouco dirigida que iniciava com a apresentação do projeto, elucidando o compromisso com o sigilo e a finalidade acadêmica de tal interação. A abordagem foi realizada com um perfil específico montado para o grupo de pesquisa, cuja finalidade estava exposta no nome e na descrição do mesmo. Na imagem que ilustra o perfil, ainda, está o logotipo do grupo de pesquisa. Esta perspectiva está baseada em metodologia utilizada em estudo recente (BLACKWELL; BIRNHOLTZ; ABBOTT, 2015), no qual o perfil e as relações estabelecidas entre usuários do Grindr foram estudados por pesquisadores apresentados no aplicativo do mesmo modo.

A partir dos dados coletados nestas entrevistas, pode-se discutir relações entre os dados alarmantes acerca do aumento de índices de casos de HIV entre a população de homens jovens que fazem sexo com outros homens e as novas modalidades de relação propiciadas por aplicativos de busca por parceiros afetivos e sexuais, principalmente no que se refere à busca específica por sexo sem preservativo. Foram realizadas 6 entrevistas, entre novembro de 2015 e janeiro de 2016. Todos os entrevistados, que foram abordados inicialmente por nós, manifestaram interesse em relações sexuais sem preservativos com outros homens, seja essa uma busca premeditada ou decidida no momento da relação.

Reflete-se, deste modo, como se dá o processo de escolha pelo uso ou não de preservativos nas relações sexuais. Se o discurso biomédico determina o uso como uma sentença, ou seja, a única opção possível de sexo dentro dos limites da segurança, de que maneira os sujeitos respondem a este discurso, criando narrativas singulares que o reorganizam na composição de uma escolha por segui-lo ou não? Sobre as definições higienistas que este discurso pode proporcionar, dicotomizando práticas sexuais como seguras ou inseguras (padrão que, inevitavelmente, reitera concepções morais acerca das mesmas), questiona-se também se a impossibilidade de assunção pública da escolha por não usar preservativo em relações sexuais entre homens (ao menos as que não estão associadas com algum modelo romântico de relação) também pode ter relação com a própria criação de termos como HSH.

No livro "Relatar a si mesmo: crítica da violência ética" (BUTLER, 2015), a autora questiona as condições narrativas instauradas nas cenas em que sujeitos fazem relatos de si, concluindo a interpelatividade de tais momentos. Sujeitos dizem quem são quando são convocados a o fazer, e é nessa resposta que se instaura a própria noção de sujeito. Referindo-se ao *Grindr*, pode-se entender a construção de uma descrição como uma ação performativa, que se constitui através do responder às perguntas instituídas para a formulação de um perfil, mesmo quando se escolhe não responder às perguntas solicitadas. Esta ação relaciona-se com a lógica própria do aplicativo, a partir do conhecimento ou não dos códigos nele utilizados, e também ao contexto social no qual ele se insere, onde circulam verdades acerca de gênero, da sexualidade, do desejo etc., que são negociadas através de uma ação descritiva de si. Descrição esta que não

apenas relata uma realidade, mas também a produz no re-organizar performativo de seus símbolos e códigos.

A narração de um “eu”, desta forma, sempre se constitui em um diálogo, posto que retoma, mesmo indiretamente, a nomeação interpelativa de um outro e sua consequente resposta. Esta concepção de narrativa faz atentar para outros campos teóricos que se debruçam sobre essa noção dialógica de interpelação. As propostas do linguista russo Mikhail Bakhtin (2008), por exemplo, atentam para que se compreenda “diálogo” mais do que uma estrutura comunicativa entre duas pessoas, mas sim um pressuposto básico da comunicação, de qualquer tipo seja. O dialogismo, assim, seria a sempre presente relação de um ato de enunciação com a rede semântica no qual ele está inserido. Ato de enunciação nunca são idênticos e só podem ser compreendidos a partir das relações discursivas vigentes em seus momentos de função. Para Marchezan (2006, p. 128), o diálogo é identificado “na ação entre interlocutores, entre autor e herói, entre heróis, entre diferentes sujeitos sociais, que, em espaços e tempos diversos, tomam a palavra”.

Desta maneira, compreende-se que a composição do perfil no aplicativo – o espaço para se dizer quem é – corresponde a esta noção de sujeito, posto que a narração de si parte de uma pergunta que funda a necessidade de dizer quem se é. Para respondê-la, reorganizam-se símbolos e códigos disponíveis na cultura, fazendo uso de diálogos prévios ao sujeito, que o inserem nesta rede específica de comunicação. Por esta razão, entrevistamos inicialmente usuários que usavam na narração de si um código ao qual já tínhamos acesso, referente a uma prática sexual específica, o “bareback”. Este termo, comumente utilizado em sites ou aplicativos de busca por parceiros sexuais ou como descritor em materiais pornográficos, diz respeito à busca por relações de sexo anal entre homens sem o uso de preservativos. No entanto, não há delimitação precisa para as fronteiras deste termo, posto que, além de ser uma palavra estrangeira com alcance limitado no contexto brasileiro, estes sujeitos relacionam-se de modo singular, de modo que o *bareback* seja mais um elemento, e não o único, a compor suas experiências (SILVA, 2010).

Para compreender a maneira como os sujeitos se relacionavam com este termo escolhido por eles para responder ao “quem sou eu?” proposto pelo aplicativo, questionamos na entrevista os significados e interesses por eles atribuídos à palavra, e como se dava a mediação da busca sexual direcionada por este interesse. O usuário *Quero Dentro*, por exemplo, conta que mantinha interesse no sexo sem preservativo desde a adolescência, motivado principalmente por literatura e vídeos eróticos, nos quais as pessoas aparentavam sentir um prazer muito grande e em aproveitar o sexo e o sêmen de maneira especial. No entanto, não tinha coragem de realizar penetração sem preservativo, mantendo desde o início de sua vida sexual relações nas quais os utilizava. Recentemente, teria ocorrido uma nova experiência, que o fez mudar de ideia e passar a buscar direcionadamente esta modalidade sexual.

O usuário *Passivo*, que em seu perfil mencionava o interesse por *bareback*, responde que gosta desta prática, porém raramente a realiza, pois é difícil encontrar quem tope. Seu interesse é motivado principalmente pelo prazer, referindo que sente mais satisfação no sexo

quando não usa preservativo. O usuário *Caçador*, que também mencionava o termo “bareback” no perfil, por sua vez, explica que o termo se refere basicamente ao sexo sem preservativos entre homens, e esta seria sua preferência pelo prazer ser muito maior, por não gostar do cheiro e do gosto do látex e porque colocar a camisinha corta o clima e acaba com a naturalidade e espontaneidade do sexo. *Caçador* também afirma que bareback é uma palavra que chama muita atenção porque se refere a homens gays, porém as relações sexuais sem preservativo são muito comuns entre pessoas heterossexuais e “ninguém se preocupa com isso”.

A partir da análise dos perfis, percebemos que na descrição de dois destes sujeitos entrevistados constava, junto ao termo “bareback”, a expressão “sem frescuras”, o que nos serviu de pista para o entendimento das mediações do sexo sem preservativo neste contexto. Desta forma, também realizamos uma entrevista com *Body*, um usuário que não manifestava interesse específico por bareback, mas que buscava “foda sem frescuras”. Ele refere que o termo usado em seu perfil diz respeito a deixar as coisas rolaem o mais natural possível, sem códigos ou regras estabelecidas. Questionamos se há alguma relação com não usar preservativo, ele diz que depende, pois não há uma regra sobre isso. *Body* conta que raramente faz sexo sem camisinha, porém às vezes acontece de não usar. Diz que “desencanou” e “não nóia” mais com isso, pois às vezes é bom arriscar e sentir um prazer diferente. Além disso, *Body* diz que procura homens machos e que assume a posição de “ativo” em suas relações sexuais, ou seja, o que penetra.

Os entrevistados também falaram sobre as relações afetivas que estabelecem para além do aplicativo, apresentando significativa pluralidade nos conteúdos. *Quero Dentro* refere que suas primeiras relações sem preservativo foram com parceiros fixos, pessoas em quem ele confiava, porém hoje refere fazer sexo com dois a três parceiros diferentes por semana, encontrados via aplicativo ou em locais específicos, como boates e saunas. Conta que para ele o ideal é um relacionamento estável e monogâmico, porém teve poucas relações duradouras nestes parâmetros. *Body* diz que se sente solitário porque veio de outro estado e vive há pouco tempo em Porto Alegre. Para ele, o aplicativo também tem a função de encontrar pessoas para passar os domingos, mas não tem interesse em relações mais duradouras. *Passivo*, pelo contrário, refere buscar no aplicativo encontrar alguém justamente para que possa apagá-lo, mencionando a intenção de relacionar-se de forma monogâmica. *Caçador*, por sua vez, tem uma companheira fixa, que não sabe sobre suas atividades sexuais extraconjugais homoeróticas. As relações com outros homens são um segredo tanto para os amigos quanto para a família, que, segundo ele, é bastante conservadora e não lidaria bem com este fato.

Para Richard Miskolci (2005), a internet constitui-se como espaço possível de busca por sexo entre homens sem que isso acarrete em uma associação da prática a um ideal estático de identidade. Este autor analisa as dinâmicas da busca e do sexo entre homens não homossexuais em salas de bate papo, que associam o sexo não-heterossexual a uma série de estereótipos tradicionais de masculinidade, como a virilidade e a ausência de traços femininos. Esta prática configura uma extensão possível da lógica do armário a universos de sexo entre homens, permitindo a vivência destas práticas sexuais a partir da relação entre elas e lugares-comuns do “ser homem” na contemporaneidade. Identificar-se como “macho” e buscar homens também

“machos” pressupõe um sexo deslocado de modelos socialmente compartilhados sobre o “ser homossexual”, de modo que esta experiência possa ser articulada a uma vida paralelamente heterossexual, como casamentos ou namoros com mulheres, para quem a atividade no aplicativo é mantida em segredo. Ainda, o autor menciona que esta atividade é comumente associada apenas ao sexo, de modo que, para estes homens, seja raro ou até impossível desenvolver relações nomeadas de afeto e conjugalidade a partir dos encontros realizados através dos sites.

Tal perspectiva pode ser percebida no posicionamento de *Body*, que menciona especificamente a procura por “homens machos” em seu perfil, além de uma filiação ao termo “ativo”, posição que corresponde à atuação socialmente esperada pelo homem na penetração heterossexual. Neste sentido, também é significativa a fala de *Caçador*, que mantém uma vida heterossexual paralela ao seu uso do aplicativo, mantendo suas relações com outros homens em segredo tanto para sua companheira quanto para o resto da família.

Desta forma, não é surpresa constatar que os conflitos travados discursivamente acerca dos sentidos possíveis para as sexualidades masculinas na contemporaneidade sejam reproduzidos e, além disso, desenvolvidos através das dinâmicas do aplicativo. As disputas entre diferentes maneiras de expressão do sexo entre homens e a relação entre estas e possíveis modelos identitários, travadas no interior dos movimentos sociais, da academia e da própria vivência da homoeroticidade, também se estendem aos aplicativos de busca por parceiros. Desta forma, percebe-se que os debates que circulam acerca de uma “identidade gay”, que ora a refutam e ora a afirmam como forma de posicionamento também estão entrelaçados nos diálogos que constituem a autonarração destes sujeitos inseridos em redes de busca por parceiros sexuais.

Retoma-se assim o caráter dialógico da narração de si, aqui relacionada a disputas políticas que circulam no meio social, mas agenciadas de modo específico a partir do aplicativo, isto é, do meio onde estão circunscritas. A relação dos usuários com estes discursos não se dá de modo arbitrário ou aleatório, pelo contrário, ela existe como resposta performativa a enunciados prévios, que interpelam e, desta maneira, constituem sujeitos na ordem do discurso. Como vimos anteriormente, sujeitos constituem-se a partir de respostas a uma interpelação, que se reorganizam no fazer performativo os códigos disponíveis para a narração de si (BUTLER, 2015). Enunciações como as de busca exclusiva por “homens machos”, assim, funcionam como interpelações, que marcam lugares para determinados sujeitos, que respondem a estes em conformidade ou não.

Além desta perspectiva discursiva, que buscava compreender a autonarratividade na construção de noções de si através do aplicativo, também era interesse da pesquisa entender como eram mediadas por estes sujeitos as noções de risco em relação a doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HIV, dado o índice alarmante de transmissão na cidade de Porto Alegre, já exposto anteriormente. Desta forma, realizamos perguntas acerca dos riscos presentes na prática do sexo sem preservativo e das estratégias de mediação dos mesmos. Nossa intenção não era julgar o quanto tais métodos eram corretos ou funcionais, mas sim entender quais critérios estavam presentes na escolha destes sujeitos em realizarem ou não o sexo sem

preservativo, e como tal escolha se fomenta através de um viés dialógico.

Quero Dentro, por exemplo, refere que, em um primeiro momento, sentia-se seguro realizando sexo sem camisinha com um parceiro fixo. A estabilidade foi justificada mais pela confiança e pela segurança da relação do que pelo temor de se contaminar com HIV ou qualquer outra DST. No entanto, ao passar a relacionar-se com mais parceiros, conta que a mediação do risco dá-se por critérios de confiança. “*Eu pergunto se o cara está limpo. Se está, isso me basta... quando não estão, normalmente dizem. Não há por que mentir. Não sou tão irresistível assim. Se eu suspeitar que o cara está mentindo, peço para gozar fora*”. Em pesquisas já realizadas com sujeitos praticantes de bareback, a ideia de não ejacular dentro do ânus do parceiro aparece como estratégia frequente de proteção contra a contração de DSTs (SILVA, 2010).

Body refere que não há regras estabelecidas para o uso ou não de preservativos. Costuma utilizá-los, porém às vezes realiza sexo desprotegido. Esta atitude é geralmente tomada no momento da relação, dependendo de sua vontade e de uma avaliação do parceiro, mediada por critérios estéticos. *Passivo*, por sua vez, conta que tem medo de realizar *bareback*, mas que “o tesão ganha”, por isso o pratica. No entanto, diz que não tem muitas relações sem camisinha, pois a maioria das pessoas não quer. Deste modo, ainda que tenha um direcionamento explícito ao *bareback* no seu perfil, a maior parte de sua atividade sexual é realizada com preservativo.

Caçador, por fim, apresenta um discurso mais politizado em relação a esta questão, referindo que, sim, é perigoso, porém “*o que não é?*”. Refere que há um discurso que faz gays terem medo de tudo, desde se apaixonar até transar, e que heterossexuais realizam sexo sem preservativo sem que isso seja socialmente considerado como anormal. Sobre a mediação do risco, menciona que “*não vai no pelo com qualquer um*”, referindo que escolhe as pessoas com quem vai se relacionar sem preservativo “*da mesma forma como os héteros fazem*”, baseando-se em critérios estéticos, como a aparência saudável ou não do parceiro. Conta que o sexo sem preservativo é sempre realizado mediante a um acordo, que pode ser realizado previamente, na conversa travada no aplicativo, ou pessoalmente, durante o encontro. Também refere que há muitas pessoas que decidem usar preservativo e ele não se opõe, respeita as suas preferências.

Desta forma, percebeu-se uma pluralidade discursiva considerável, demonstrando que, mesmo entre sujeitos identificados com a busca por sexo sem preservativo, há estratégias de prevenção contra a transmissão de DSTs, de modo que esta prática esteja circunscrita a determinados critérios e situações, contextualmente definidos pelos participantes. Além disso, nota-se que as práticas sexuais de um sujeito identificado com o *bareback* não se restringem a este termo, posto que há uma flexibilização contextual desta busca, que diz respeito tanto ao parceiro, que pode ou não aceitar a relação sem preservativo, quanto ao próprio sujeito, que pode ou não querer relacionar-se sem preservativo com o parceiro em questão.

Considerações finais

Se por um lado a noção de HSH promete uma menor presença de discursos preconceituosos e estigmatizadores, ou o foco nas práticas e não em processos identificatórios, se abstém das questões vinculadas à orientação e identificação possíveis para além destas práticas. No entanto,

as entrevistas realizadas possibilitaram compreender aspectos qualitativos importantes nas identificações e sentidos atribuídos às práticas sexuais, especialmente àquelas que interpelam os discursos de consenso sócio-sanitário. Exemplo disso são falas recorrentes que associam ainda a aparência física a aspectos protetivos,⁶² relações românticas e de devoção, identificações com práticas de dominação, jogos sexuais que se baseiam no risco de contaminação de um dos participantes, etc. e que influenciam no uso ou não de preservativo.

Falar em HSH, ainda que inclua, também não enfrenta o fracasso do modelo de sujeito da Modernidade, do “Homem Moderno”, de identidade exclusiva, monolítica e integrada, que teria performatividades sexuais e de gênero que excluiriam a possibilidade de sexo entre homens, fora da vitrine do *pathos* (ou do *queer*). Essas vitrines, no âmbito acadêmico poderiam ser a patologização, a deslegitimação ou a desumanização. No âmbito do cotidiano, essas vitrines foram os guetos, os espaços de socialização de uma sexualidade “desviante”, que necessitavam de espaços geográficos específicos.

O arranjo biotecnológico dos espaços para os desviantes cobram outro sentido quando os espaços se marcam não apenas pelo geográfico, mas pelo virtual. Com o advento da internet, proliferam *chats*, páginas e *blogs* de contato sexual e, mais atualmente os aplicativos para *smartphones* de busca de relações, as articulações do gueto geográfico se transformam, e representam uma necessidade de complexificação do uso de categorias em saúde. Na conjuntura virtual, por exemplo, o recorte do corpo, da faixa etária e os recortes socioeconômicos se reintegram à lógica do capitalismo, estabelecendo novas relações com o espaço das cidades. Os aplicativos móveis, ainda que apresentem uma continuidade tecnológica com a linguagem do campo da internet, apresentam uma ruptura importante – a virtualização geolocalizada, que ao mesmo tempo em que permitem o distanciamento da virtualidade, mantém lastro no controle geográfico, em uma territorialização geosimbólica.

Agora o bairro/cidade de origem, a qualidade das imagens e do físico apresentado, assim como a faixa etária, excluem os que não se enquadram no gueto virtual do gay da cultura capitalista: moradores das periferias, idosos e corpos não tecnificados pelas academias de treinamento físico. O “abdômen trincado” é a cara hipervalorizada do gueto virtual. A face, assim como a generificação da sexualidade, já não são identitárias, ou ao menos não tem peso absoluto. O corpo trabalhado em academias e espaços médicos e estéticos se sobrepõe aos rótulos identitários coletivos, reforçando o individualismo tecnológico capitalista.

Além dessa nova significação valorativa dos atributos dos corpos, a visualização de si possibilitada pelos aplicativos também ressignifica a assunção pública da orientação do desejo sexual. Nossa aproximação ao campo, enquanto pesquisadores, também nos fez questionar seus efeitos (efeitos do que?) em relação ao tabu da assunção pública da escolha por não usar preservativo em relações sexuais entre homens (ao menos as que não estão associadas com

⁶² Na pesquisa realizada em 2014 pelo grupo Psicologia Saúde e Comunidades, “Avaliação do processo de implementação da política de descentralização do teste rápido de HIV na Atenção Primária a partir da percepção de matriciadores, profissionais da Atenção Primária à saúde e usuários”, uma participante profissional do sexo indicou como aspecto protetivo a beleza dos seus clientes. (ROCHA et al., 2014)

algum modelo romântico de relação), o que também pode ter relação com a própria criação de termos como HSH. O termo é uma tentativa de imiscuir-se do debate identitário essencializante do desejo sexual, que ao mesmo tempo possibilita, para o campo sanitário, focar nas práticas sexuais e suas implicações e não no campo relacional, em crescente complexificação.

Referências

ANTUNES, Maria Cristina; PAIVA, Vera Silvia Faciolla. Territórios dos desejo e vulnerabilidade ao HIV entre homens que fazem sexo com homens: desafios para prevenção. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1-19, dez. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4.ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BLACKWELL, Courtney; BIRNHOLTZ, Jeremy; ABBOTT, Charles. Seeing and being seen: Co-situation and impression formation using Grindr, a location-aware gay dating app. **New Media and Society**, v. 17, n. 7, p. 1117-1136, ago. 2015.

BOELLSTORFF, Tom. But do not identify as gay: a proleptic genealogy of the MSM category. **Cultural Antropology**, v. 26, n. 2, p. 287-312, maio 2011.

BRASIL. HIV-Aids: até semana epidemiológica 26ª. **Boletim Epidemiológico**, v. 2, n. 1, Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília, 2013.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

_____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Rio de Janeiro: Autêntica, 2015.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 227-255, abr. 2007.

KHAN, Sharful Islam et al. Safer sex or pleasurable sex? Rethinking condom use in the aids era. **Sexual Health**, v.1, n.4, p.217-25, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, v. 4, n. 1, p. 1-6, jan./jul. 2001.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In: GREEN, James Naylor et al. (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 291-308.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: Outros Conceitos-Chave. São Paulo: Contexto, 2006.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 47, n. 1, p. 9-42, 2005.

_____. San Francisco e a nova economia do desejo. **Lua Nova**, São Paulo, v. 91, p. 269-295, 2014.

MONTEIRO, Simone Souza et al.. Discursos sobre sexualidade em um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA): diálogos possíveis entre profissionais e usuários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 137-146, jan. 2014.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ROCHA, Kátia Banes et al. **Avaliação do processo de implantação da política de descentralização do teste rápido de HIV na atenção primária, a partir da percepção de matriciadores, profissionais da Atenção Primária à Saúde e usuários** (Relatório de Pesquisa). Porto Alegre: PUCRS, 2014.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley, University of Califrseu Abramo, 1990.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Práticas e sentidos do barebacking entre homens que vivem com HIV e fazem sexo com homens. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 14, n. 35, p. 739-752, out./dez. 2010.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do Gueto ao mercado. In: GREEN, James Naylor et al. (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo, Editora Unesp, 2005. 344 p.

WACQUANT, Lo Editora Un gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, p. 155-164, nov. 2004.

YOUNG, Rebecca M.; MEYER, Ilan H. The Trouble With “MSM” and “WSW” Erasure of the sexual-minority person in public health discourse. *American Journal of Public Health*, v. 95, n. 7, p. 1144–1149, jun. 2005.